

Ata número três

De acordo com o ponto 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º75/2008, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho, conjugado com a alínea a) do artigo 4.º do Regulamento Interno em vigor, reuniu o Conselho Geral para uma reunião ordinária no dia vinte e nove de março de dois mil e vinte e dois, às dezoito horas e trinta minutos, na sala um ponto sessenta e cinco, com a seguinte ordem do dia:

Ponto um: Aprovação do relatório e contas de gerência de 2021;

Ponto dois: Apreciação do relatório intermédio do Plano Anual e Plurianual de

Atividades;

Ponto três: Aprovação do Regimento Interno do Conselho Geral;

Ponto quatro: Outros assuntos.

Deu-se início à reunião, com a presença dezanove Conselheiros, tendo os dois Conselheiros que não compareceram justificado a sua ausência.

O Presidente do Conselho Geral começou por dar as boas-vindas aos Conselheiros presentes e, de seguida, deu a palavra à Diretora do Agrupamento, professora Ilda Ferreira, na sua qualidade de Presidente do Conselho Administrativo, para que explicasse resumidamente o Relatório de Contas, que também foi enviado a todos os Conselheiros aquando do envio da convocatória, e informou que quer a Diretora do Agrupamento quer a Conselheira Arminda Bastos, membro do Conselho de Administração do Agrupamento, estariam disponíveis para prestar os esclarecimentos necessários.

A Diretora do Agrupamento começou por fazer o enquadramento legal do Relatório de Contas e os princípios gerais que a ele subjazem, lembrando que o orçamento em análise se refere ao ano civil e não ao ano letivo. De seguida, apresentou o documento, realçando as receitas, resultantes das várias fontes de financiamento, e as despesas apresentadas de acordo com as várias rubricas. Relativamente às despesas, realçou as verbas despendidas com os EPI (equipamentos de proteção individual) e com o serviço de *take-away*, devido à situação pandémica. Quanto às receitas, agradeceu o contributo da Associação de Pais e Encarregados de Educação na aquisição de equipamento para a Sala de Aprendizagens Ativas, e informou que esta sala foi financiada, maioritariamente, com verbas adquiridas através da candidatura a um prémio e também que a Escola se tornou parceira da plataforma Estudo em Casa.

Após a apresentação do resumo do documento, o Presidente do Conselho Geral colocou-o à discussão.

O Conselheiro Albino Martins perguntou se o decréscimo tão significativo, cerca de cinquenta por cento, no saldo das receitas resultantes do Bufete se devia à situação

pandémica. Quer a Diretora do Agrupamento quer a Conselheira Arminda Bastos confirmaram que essa situação se deveu essencialmente às restrições na utilização do Bufete e da Papelaria. A Conselheira Sandra Almeida acrescentou que esse decréscimo foi agravado pelo facto de alguns produtos terem ultrapassado o prazo de validade, o que também causou prejuízo.

Dado que não houve mais questões, o Relatório e Contas de Gerência de dois mil e vinte e dois foi colocado a votação sendo aprovado por unanimidade.

Deu-se, então, início à discussão do ponto dois, tendo o Presidente do Conselho Geral dado a palavra à Conselheira Ana Oliveira na qualidade de Coordenadora do Plano Anual e Plurianual de Atividades.

A Conselheira Ana Oliveira referiu que o relatório evidencia a análise das atividades realizadas no período que medeia entre o dia um de setembro de dois mil e vinte e um e o dia dois de março de dois mil e vinte e dois e fez a análise do ponto de vista estatístico das atividades inseridas na plataforma INOVAR PAA até à data suprarreferida.

Relativamente à avaliação destas atividades na plataforma INOVAR PAA, a Conselheira Ana Oliveira realçou a necessidade de melhorar a pontualidade desta avaliação por parte dos proponentes. Questionada pelo Presidente do Conselho Geral sobre as razões deste atraso, a Conselheira referiu que há um problema técnico que impede o envio de notificações automáticas através da plataforma, no entanto lembrou que está estabelecido um prazo de dez dias para o fazer, que é do conhecimento geral. O Presidente deste órgão aproveitou para lembrar que todos os Conselheiros poderão ter acesso à plataforma, de modo a consultar as atividades inseridas.

Continuando, a Conselheira Ana Oliveira apresentou as seguintes conclusões:

-estatisticamente, a análise tem em linha de conta os indicadores mais pertinentes para uma análise global e os que se encontram indexados ao Projeto Educativo e recai sobre um total de cento e quarenta e duas atividades propostas e aprovadas pelo Conselho Pedagógico das quais já foram realizadas e avaliadas trinta e uma. No primeiro semestre foram propostas e aprovadas cinquenta e sete atividades, no segundo semestre sessenta e cinco e ao longo do ano vinte atividades;

-nas atividades por nível/ciclo/ano de ensino, o maior número de atividades foi/será realizado pelos alunos do ensino secundário, com maior incidência nos Cursos Profissionais. Importa realçar que há uma distribuição equilibrada do número de atividades realizadas nos restantes anos escolares;

-a análise dos dados da plataforma permite ainda inferir que, das diferentes estruturas proponentes, o Departamento do Primeiro Ciclo, a Coordenação dos Cursos Profissionais e a Biblioteca Escolar se destacam pelo número de atividades realizadas. Todavia é de ressaltar que também as restantes estruturas do AEFC promoveram ao longo deste semestre atividades de diversas tipologias (devidamente adaptadas ao contexto pandémico), no sentido de contribuir para a formação pessoal e académica de todos os envolvidos, procurando fazê-lo através de eventos criativos, dinâmicos e mobilizadores de um maior número de alunos e de uma maior diversidade de saberes;

-relativamente às saídas ao estrangeiro, referiu a participação nos programas Erasmus + Vet – Cork, Erasmus + Ensino escolar (Deslocações à Grécia, Portugal (Aquamaris), o

Intercâmbio escolar com a Finlândia, Estónia, Suécia e as viagens ao estrangeiro (a Amesterdão e Salamanca e Ávila);

-considerando os objetivos e as metas definidos no Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro (AEFC), constata-se que, na sua maioria, as atividades orientam o seu desenvolvimento no sentido da consecução do Eixo I “Ação Pedagógica” do Projeto Educativo, nomeadamente nos eixos de ação “Valorizar uma cultura de cidadania e de participação”, “Relações interpessoais” e “Construir espaços e oportunidades de descoberta, de conhecimento e interesse e realidades motivacionais”;

-o AEFC apresenta, no período em análise, um Projeto Anual e Plurianual (PAPA) dinâmico, mobilizador e integrador das aprendizagens dentro e fora da sala de aula, mostrando assim uma preocupação fundamental que consiste em formar cidadãos no verdadeiro sentido da palavra: jovens com formação científica, humanística, crítica e interventiva com vista a um futuro de sucesso e corresponsabilização ativa;

-o AEFC mantém também uma vincada parceria com a autarquia em termos de oferta de integração curricular para o ensino pré-escolar e para o 1º ciclo;

Em conclusão, a Conselheira Ana Oliveira lembrou que é vital continuar a reforçar a articulação com as entidades educativas parceiras, nomeadamente com aquelas em que o projeto curricular do Agrupamento se enquadre.

O Presidente do Conselho Geral aproveitou para elogiar o comportamento dos alunos participantes nos programas Erasmus já realizados, que foi considerado muito positivo pelos parceiros envolvidos.

Para terminar, a Conselheira Ana Oliveira explicou como se pode consultar e obter todas as informações através da página do PAPA no programa Inovar, de modo que os novos Conselheiros possam familiarizar-se com a mesma.

A Conselheira Carmen Guimarães questionou se todas as estruturas que fazem parte do AEFC realizaram alguma atividade até ao momento e se isso se podia verificar através da plataforma, o que foi confirmado pela Conselheira Ana Oliveira, na sua qualidade de Coordenadora do PAPA.

Uma vez que nenhum outro Conselheiro quis intervir, procedeu-se à apreciação do relatório do Plano Anual e Plurianual de Atividades, de forma positiva, por unanimidade.

O Presidente do Conselho Geral lembrou que, para rentabilizar os espaços da Escola e reduzir os custos, muitas das atividades decorrem no espaço escolar, nomeadamente a Sala Polivalente Ivone Ferreira e realçou a importância que as mesmas têm na formação profissional e pessoal dos jovens estudantes.

Não havendo mais questões sobre este assunto, o Presidente do Conselho Geral passou ao ponto três da ordem do dia, Aprovação do Regimento Interno do Conselho Geral, tendo apresentado uma sugestão de alteração relativamente ao prazo de envio dos documentos relativos às Assembleias do Conselho Geral: passar de dez para oito dias,

para que os Conselheiros tenham tempo para a sua análise, proposta que foi aprovada por unanimidade.

O Conselheiro Albino Martins detetou uma gralha na alínea a) do artigo 3.º, que foi prontamente corrigida.

O Conselheiro Adriano Pinto sugeriu o acréscimo de um ponto, relativamente à possibilidade de, em caso de impedimento, os Conselheiros representantes de instituições serem substituídos por um outro elemento nas assembleias do Conselho Geral. A proposta foi também aprovada por unanimidade.

Relativamente ao ponto quatro, outros assuntos, o Conselheiro Albino Martins congratulou-se pelo facto de a instituição que representa, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, ter assento nesta assembleia e mostrou a disponibilidade da mesma em colaborar nas diversas ações para as quais for solicitada. Nesse sentido, referiu o facto de haver um projeto DAC (Domínio de Autonomia Curricular) em que essa colaboração já está em curso.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada, foi assinada de acordo com a lei.

A Secretária do Conselho Geral

(Maria João Moreira)

O Presidente do Conselho Geral

(António da Costa Pereira dos Santos)